



INTRODUÇÃO FRAUDULENTA NO CONSUMO QUALIFICADA E FRAUDE FISCAL QUALIFICADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra dois arguidos, pela prática de crimes de introdução fraudulenta no consumo qualificada e fraude fiscal qualificada.

Os arguidos vinham desenvolvendo a atividade de comercialização de tabaco à margem do controlo e fiscalização das autoridades, por forma a evitar o pagamento dos impostos devidos, designadamente do IT e IVA.

O tabaco era adquirido no estrangeiro e depois transportado para território nacional sem o pagamento dos devidos impostos.

Um dos arguidos dedicava-se à aquisição do tabaco no estrangeiro e o outro arguido à venda do tabaco, triturado e sem o pagamento dos respectivos tributos, procedendo posteriormente, de acordo com encomendas recebidas, na maioria dos casos telefonicamente, à sua entrega nos locais acordados, locais de residência ou outros.

Foram apreendidos telemóveis, máquinas manuais e elétricas para triturar folha de tabaco, balanças, folhas de tabaco, máquinas para entubar tabaco e documentação.

O valor dos prejuízos causado ao Estado com tal atividade foi calculado em €4.473.816,20, valor do pedido de indemnização civil formulado pelo Ministério Público.

Os arguidos encontram-se sujeitos a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela GNR – UAF DE ÉVORA / DSAFA – Divisão Operacional do Norte

NUIPC 104/18.3TELSB

Data da acusação: 26-06-2018